

Índios potiguara não aceitam a nova demarcação determinada pelo Governo

Reportagem de Walter Galvão

Os cinco mil índios remanescentes da nação Potiguara, que vivem atualmente na reserva que se estende pelos municípios de Rio Tinto, Mamanguape e Baía da Traição não aceitam o decreto de demarcação assinado em dezembro pelo presidente João Figueiredo, que estabelece uma nova extensão para as suas terras, porque eles vão perder aproximadamente 15 mil hectares da área em que vivem e muitos serão expulsos dos seus sítios.

O cacique Severino Fernandes da Silva, que vive na aldeia São Francisco em Baía da Traição, denuncia que o novo decreto beneficiará apenas os grandes proprietários que se apoderaram da terra indígena e contra os quais o Governo não toma qualquer medida para obrigá-los a deixar a área que invadiram.

Ocorre que as 16 aldeias indígenas que compõem hoje o povo potiguara, segundo mapa em poder do cacique Severino, ocupam uma área de 35.370 hectares. O presidente Figueiredo assinou no último dia 28 de dezembro um decreto, assinado pela direção da Funai, que reduz essa extensão para 20.620 hectares.

Os índios sabem que essa redução, significa uma usurpação de suas terras. As áreas excluídas pelo novo decreto são justamente, as extensões ocupadas pelas grandes fazendas e destilarias como as do Grupo Pessoa e Melo que invadiram as terras com autorização da própria Funai, segundo informações do cacique.

NÃO ACEITAM

O clima na área é de insatisfação e revolta. Os índios não aceitam o decreto que deixa de fora da reserva indígena as aldeias, entre outras, de Lagoa Grande, Jacaré de São Domingo, Griplúna de



Os potiguara estiveram recentemente na Assembleia para denunciar as invasões sistemáticas que atingem suas terras

Cima, Maripitanga, a antiga Aldeia do Balança, parte da aldeia de Piabuçu, Itaúna, Encantada além de toda a cidade da Baía de Traição, cuja terra pertence, de direito, aos índios.

E como os índios sabem quais são as suas terras? O cacique Severino tem em seu poder um mapa recente, reconhecido pelos setores de cartografia da Sudepe e da Funai, que delimita as terras indígenas a partir dos locais que eles ocupam, caçam, pescam e exploram as áreas agrícolas há centenas de anos. Eles se apoiam na tradição e também em documentos cartográficos hoje em poder de historiadores, como a antropóloga Tereza Baumann, que indicam que as terras dos potiguaras cobria, inicialmente, uma área de 57 mil hectares. Esses registros são de fins do século passado.

A maioria dos índios sabe da quantidade de terra que possui e todos concordam que a melhor forma de agir contra o decreto do Governo é não abandonar, sob hipótese alguma, a terra que foi demarcada por eles,

em trabalho intenso realizado entre outubro de 1981 e setembro de 1982.

A DEMARCAÇÃO

Esse trabalho que os índios realizaram fazendo as picadas em que seriam depositadas as estacas para marcar definitivamente os limites das suas terras teve, à época em que foi iniciado, o reconhecimento da Funai. Os índios confiaram em que essa demarcação seria respeitada e entraram em contato com os setores burocráticos competentes para definir o mapa que seria aprovado pelo Governo. Com isso eles ficariam tranquilos e poderiam então iniciar o processo para expulsar os invasores.

A Funai não correspondeu à expectativa dos índios e após toda a demarcação feita o então presidente da Fundação não assinou o último documento que garantiria os direitos dos índios paraibanos. De setembro de 82 até fins de 1983, acredita o cacique Severino que os invasores, "pessoas com muito poder político", conseguiram fazer com que o

presidente assinasse o decreto reduzindo a área da reserva e deixando de fora justamente as terras ocupadas ilegalmente.

A OCUPAÇÃO

A ocupação as terras indígenas é ilegal. O cacique diz que a Funai, no entanto, colabora diretamente com os invasores fornecendo títulos de manutenção de posse. Esses títulos não são legais porque indicam áreas de propriedade em que os índios vivem. E a lógica do cacique é inabalável: "o índio vive na sua terra. Ele não vai tomar a terra de ninguém. Nós não somos os invasores". Agora, eles estão sob uma ação irreversível. O decreto do presidente da República estabelece uma área que já está sendo demarcada pelo Exército.

Um destacamento está cuidando especialmente do trabalho que contraria os interesses dos índios porque, ao ser concluída essa demarcação, mais de dois mil potiguaras ficarão sem terra. Os índios perderão, inclusive, toda a área em

que se encontra hoje o município da Baía da Traição.

Isso acontecendo, eles não terão mais direito de construir casas na Baía, a não ser que comprem um terreno e se submetam à guerra burocrática ao suadouro dos impostos municipais. Essa perda os índios não querem contabilizar a tantas outras ocorridas nas últimas décadas.

COM FIGUEIREDO

Uma das primeiras providências que o cacique Severino Fernandes tomou ao se inteirar da situação e ao receber a "visita" dos soldados para que a demarcação fosse iniciada, foi tentar uma conversa com o presidente Figueiredo.

Foi à Brasília, no dia 19 de janeiro, furou bloqueios impostos pelo protocolo, sentou no chão do gabinete de Figueiredo e protestou contra a demarcação. Severino diz que o presidente garantiu que nenhum índio ficaria sem terra. Os que ficaram fora da área demarcada serão beneficiados com um lote de

terreno a ser dado pelo Incra. Ele conta o seu encontro com o presidente:

—Chegamos lá e o presidente ficou meio chateado porque a gente não marcou audiência antes. Depois que eu contei o problema ele mandou passar um rádio imediatamente para o Incra, em Pernambuco para que fosse providenciada a distribuição dos lotes de terra. A conversa da gente foi rápida. Ninguém ficou satisfeito.

Na sua pequena casa na aldeia São Francisco, Severino ironiza: "se eles vão dar a terra para o índio, o índio não precisa sair da sua terra.

Ninguém pretende reconhecer a demarcação que está sendo feita pelo Exército. O trabalho feito pelos próprios índios significou a formação de um mutirão que envolveu todas as aldeias. Muitos deixavam seus trabalhos, suas roças, para permanecer no mato e reconhecer o que era seu. Agora não aceitam que a terra lhes seja roubada, numa ação ocorrida num luxuoso gabinete, em Brasília, a milhares de quilômetros dos problemas que eles enfrentam na Paraíba.

SEM APOIO

Para a assinatura desse decreto se armaram uma série de "coincidências". Primeiro, a Funai fica adiando o reconhecimento da área indicada pelos índios; depois, tudo acontece em que o posto da Funai na Paraíba está sem um chefe. O cacique informa que uma funcionária responde pelo expediente local mas que não tem poder de decisão para encaminhar as reivindicações dos potiguaras.

O delegado da Funai em Recife fez uma sugestão que arranca risos dos índios: primeiro eles deixam a terra; depois vão reivindicar os seus direitos. Através de quê? Da própria Funai. Os índios vão permanecer na terra. Não querem perder o seu único bem.



- Com a morte de Andropov já se suspeita que "gripé" mata....

CDL empessa diretoria em reunião terça-feira

Para assinalar mais lações públicas. Os um aniversário da sua waldo Agripino de fundação, o Clube Castro, além dessas festividades cotas de João Pessoa memorativas do 18º aniversário do CDL de solene, na próxima João Pessoa, será terça-feira, dia 14, no prestada homenagem Jangada Clube, especial ao em oportunidade em que presário Luis Ribeiro tomarão posse os Limeira, que está novos dirigentes de completando 50 anos entidade. As co- de atividade comemoratórias serão: grat.

O reconhecimento a 20.30 h, dos seus companheiros de Clube uma hora depois, será expressa numa placa com dizeres associados, autorizados ao reconhecimento, que será entregue pelo presidente eleito Antônio Vicente da Silva pelo diretor de re-va.

Psicólogos discutem os estatutos de associação

Para discutir os interesses profissionais nos setores de Psicologia cultural, ético-social, econômico-político e em outras áreas.

Compõem ainda os estatutos itens como: contribuir para a evolução do patrimônio cultural e científico da psicologia; promover a data ainda não foi fixada.

Os estatutos da nova entidade de classe objetivam: propor soluções para os problemas das autoridades administrativas e judiciárias da psicologia. Os estatutos atingem também a classe estudantil, professores de psicologia da UF-PB e IPE.

Fundação garante o suprimento de livros

Assegurando o suprimento de livros e publicações que incluem releases sobre temas da História da Paraíba a representantes de 25 colégios da grande João Pessoa e Cajazeiras, a Fundação Casa de José Americo assegurou válida participação no Seminário de Planejamento de História que o núcleo regional não pôde acompanhar, sendo bastante e sociais, vinculados às disciplinas História Antiga, do Brasil e da Paraíba, foram levantados pelos presentes, sem pre num clima de intensa participação e debate. A representante da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, profa. Emília Augusta Lins Fereire, diretora de Educação da Sec. que o núcleo regional não pôde acompanhar, sendo bastante

"Um índio é um índio"

Zé é o nome do índio potiguara que me recebeu na Baía da Traição para ajudar na reportagem sobre os problemas que as aldeias estão enfrentando. Seus olhos, luminosos despejam argúcia, inteligência. A indignação já se incorporou à sua linguagem simples. Ele conhece a terra e, melhor, ainda, os brancos. Vocifera contra o roubo das terras dos potiguaras e exibe uma calma fria que revela a determinação de um povo espoliado em defender

seus direitos. Sem a terra resta ao índio a tragédia. O acesso à aldeia de São Francisco é difícil. Passamos por uma ponte queimada e que indica a tensão reinante entre as abundantes mangueiras e vegetação litorânea que transformam as aldeias indígenas em pomares refrescantes.

Keima e o seu pequeno filho sacolejam junto conosco no decrépito fusca alugado que, em disparada, nos conduz à casa do Cacique Severino. Hora do almoço. O peixe

cheira na grelha instalada no maior cômodo da casa. A família do cacique não se incomoda com a chegada do estranho.

Estamos na sala quase sem mobília. Severino, simpático, de fala mansa, em companhia de outros índios, inicia uma narrativa que revela o total descaso com que o Governo trata a questão indígena.

Os índios não querem muito. O despojamento das suas casas revela a tentativa de sobreviver em comunhão com o que a

natureza possibilita extrair das terras em que eles vivem há centenas de anos. Querem permanecer nos seus sítios e aos poucos estão perdendo essa liberdade. Invasões, decretos que usurpam as suas terras como o último assinado pelo presidente da República...

O índio brasileiro carrega na sua História os golpes violentos de uma exploração desmedida. Edilson Martins, em seu último livro, Makaloba, conta que o sertanista Zé

Bel morreu de desgosto ao constatar que os índios aos quais ele levava o contato com os brancos cinco anos depois, haviam se transformado em molambos a perambular pelas estradas da Amazônia.

Os remanescentes potiguaras já exportaram muita gente para os tugúrios da cidade em que padecem as vítimas dos Governos incompetentes. A maioria, porém, conserva uma consciência ética. Zé, o magro conhecedor de geografia, e

que traz na cabeça os limites das terras em que vive desde criança, ostenta a consciência de que existe uma grande diferença entre os índios e os brancos. Ele se recusa a se transformar em um consumidor apesar de estar vestindo uma surrada calça de tergal e camisas que encontramos no comércio da Tenente Retumba, por trás dos Correios e Telégrafos, em João Pessoa.